

## TRABALHO, EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES (PREFÁCIO)\*

Tivemos a satisfação de conhecer e até de participar dos trabalhos do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Federal do Ceará.

O presente livro (Trabalho, educação e luta de classes) é representativo do esforço dos professores e estudantes ligados a esse Instituto para desenvolver um trabalho de pesquisa que alie a seriedade acadêmica à preocupação social. Não, porém, uma preocupação social vaga e genérica, mas uma preocupação voltada para a elaboração de um saber que atenda os interesses mais essenciais da classe trabalhadora.

Antes que alguém argumente que o saber não deve “tomar partido”, sob pena de deixar de ser científico, gostaríamos de dizer que este “tomar partido” é, exatamente, a maior virtude dos trabalhos presentes neste livro. Mas, não se trata de partir da idéia de que tudo o que interessa à classe trabalhadora é verdadeiro e o que não interessa é falso. Esta é uma compreensão extremamente pobre e deformada da questão do “tomar partido”. “Tomar partido” significa, para nós, situar-se, pela utilização de determinadas categorias e determinados pressupostos – histórica e socialmente elaborados – no patamar de conhecimento mais elevado à disposição, hoje, da humanidade. E entendemos, ao arrepio da esmagadora maioria da intelectualidade, que este patamar é aquele cujos fundamentos foram lançados por Marx. Não é, portanto, a decisão do sujeito, seus compromissos políticos, suas convicções ideológicas que fundamentam este “tomar partido”.

É preciso acentuar: não é por amor à classe trabalhadora, nem por opções prévias ético-políticas que se “toma este partido”. É pelo fato de que a classe trabalhadora, pela sua própria natureza – sempre resultado de um processo histórico concreto, mas ancorado nas relações materiais de trabalho – põe a possibilidade e a necessidade de elaborar um tipo de conhecimento que, ao traduzir o processo real em sua natureza mais íntima, permite a tomada de decisões ético-políticas em favor de ações e valores que apontam para a construção de uma forma de sociabilidade mais humana e, portanto, superior.

Neste sentido, a ênfase, num primeiro momento, nas questões metodológicas, é de capital importância. É nossa convicção que estas questões assumem, hoje, uma importância cada vez maior. Não, porém, naquele sentido *epistemologista* que marcou a década de setenta do século passado e que desembocou no vale-tudo que se chama de pós-modernidade. Mas, no sentido de repor estas questões em uma perspectiva radicalmente diferente. Perspectiva esta que, ao nosso ver, tem como característica mais essencial o tratamento destas questões em sentido ontológico e não puramente epistemológico. Esta é, ao nosso ver, a perspectiva instaurada por Marx e reconstruída por Lukács e outros autores.

O que fez desta perspectiva um patamar novo de conhecimento é a demonstração do caráter radicalmente histórico e social do mundo dos homens e, ao mesmo tempo, a demonstração de que este mundo é sempre o resultado de uma síntese entre subjetividade e objetividade. Estas demonstrações marxianas são de fundamental importância porque permitem superar tanto o a-historicismo das concepções grega e medieval como o semi-historicismo da concepção moderna (que implica um núcleo natural e, portanto, não histórico da natureza humana) bem como superar as unilateralidades daquelas posições no tocante à relação entre subjetividade e objetividade.

Ora, se está demonstrado que o mundo dos homens é resultado – em sua integralidade – da atividade dos próprios homens, então está infirmada, pela raiz, a idéia de perenização de

---

\* O presente texto é o prefácio ao livro *Trabalho, educação e luta de classes*, organizado por Susana Vasconcelos Jimenez e Jackline Rabelo, integrantes do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Federal do Ceará, publicado pela Editora Brasil Tropical em 2004.

qualquer forma de sociabilidade, inclusive, obviamente, da sociabilidade capitalista. E, por outro lado, está fundamentada a possibilidade de que os próprios homens superem esta forma de sociedade e construam outra.

Mas, há mais uma questão de suma importância. Trata-se da constatação de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. E de que todas as outras dimensões da sociabilidade, em qualquer momento da história, sempre têm sua origem a partir do trabalho. O que significa que entre o trabalho e as outras dimensões existe uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa. A importância desta constatação marxiana dificilmente pode ser suficientemente enfatizada. Fica, porém, clara quando se vê que todos os autores que contestaram e contestam esta prioridade ontológica do trabalho terminam por assumir a defesa da sociedade capitalista como sendo a forma mais elevada possível de sociabilidade humana, a única, aliás, que estaria aberta ao aperfeiçoamento constante.

Independente do quantum realizado em cada um dos trabalhos aqui apresentados, o esforço de todos eles vai exatamente neste sentido: buscar compreender os fenômenos da esfera da educação não como algo que se esgota em si, nem como algo que responde a um interesse vago e genérico de “toda a sociedade”, mas como expressões de uma realidade conflitiva, que se conecta com projetos sócio-humanos radicalmente diferentes.

Nada mais importante, hoje, do que um esforço neste sentido. Exatamente porque a maioria do saber produzido vai no sentido contrário. Ou apreende os fenômenos educativos apenas em sua dimensão imediata, buscando adaptar a atividade educativa às transformações por que passa o mundo atual, sem questionar, em profundidade, em que direção e a serviço de quem estão estas transformações, ou, então, quando pretende ser crítico, não vai além da denúncia dos aspectos mais gravosos e brutais deste sistema social.

É evidente que não se trata de querer conectar – direta e imediatamente – cada fenômeno estudado à transformação radical desta sociedade. Trata-se de ter como pressuposto mais geral que esta forma de sociabilidade é um momento transitório da autoconstrução humana, essencialmente marcado por conflitos radicais de classe. E que, portanto, a construção de uma sociedade efetivamente justa, livre e igualitária exige, necessariamente, a superação da forma atual da sociabilidade. A própria natureza do processo real exige que se busquem as mediações entre cada fenômeno particular e o objetivo mais geral. Este é todo o esforço que se exige do pesquisador. Em hipótese alguma, porém, se pode abrir mão desta conexão entre o momento da particularidade e o da universalidade. Quando se abre mão disto, ou se descai para o lado da imediaticidade, da empiricidade, e apenas se constata como as coisas funcionam e como se articulam superficialmente, ou se vai para o lado dos princípios gerais e abstratos que se pretende funcionem como “princípios reguladores”, um horizonte que deveria sempre nortear a ação humana, mas que nunca poderia se transformar em uma forma concreta de sociabilidade. Em ambos os casos, a atividade educativa perde a possibilidade de ser pensada em conexão com a construção de uma sociedade, concreta, para além desta ordem social.

Em um momento em que a maioria dos educadores, até mesmo os que se pretendem progressistas, assume como horizonte a construção de um mundo democrático e cidadão – o que, ao fim e ao cabo, nada mais significa do que o aperfeiçoamento desta ordem social – este livro cumpre o papel importante de buscar a crítica radical desta forma de sociabilidade, norteados os autores pela convicção de que a emancipação humana é o objetivo maior a ser incansavelmente perseguido e que este se situa, necessariamente, para além do capital, da democracia e da cidadania.